

Constituintes defendem a reforma na tributação

ANC PG

JORNAL DE BRASÍLIA

05 ABR 1988

A discussão em torno da reforma tributária promovida pela Constituinte não é de natureza econômica, mas sim política, segundo fica claro a partir do depoimento de constituintes especializados em tributação. O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, fez várias críticas à reforma tributária, alegando que a União ficará sem recursos para administrar o País nos setores essenciais. O deputado Irajá Rodrigues (foto), do PMDB gaúcho, reage a essa colocação, argumentando que o governo federal continue podendo fazer a distribuição política de recursos, que acabam sendo manipulados pela Seplan — Secretaria de Planejamento.



Até parlamentares que pertencem à mesma escola — de linha marcadamente monetarista — divergem em alguns pontos sobre as críticas à reforma. O deputado Delfim Netto (PDS-SP) diz que os Estados do Norte e Nordeste vão perceber que caíram numa "verdadeira arapuca" com a reforma tributária, que deixa satisfeitos, segundo ele, apenas os Estados produtores, como Minas e São Paulo, que nunca dependeram de verbas federais. Norte e Nordeste, segundo Delfim, vão ficar sem recursos, pois é para essas regiões que era transferido "o grosso" da arrecadação.

É neste ponto que o também monetarista senador Roberto Campos (PDS-MT) discorda em parte de Delfim, aceitando a ponderação de Irajá Rodrigues no sentido de que as duas regiões têm seus interesses preservados em função do aumento do Fundo de Participação dos Estados e Municípios. "O deputado Delfim não deve ter lido direito o projeto", ironiza Irajá, observando que 95% da receita do Nordeste provém

exatamente desse Fundo, que foi devidamente compensado pela reforma. Além do mais — observa — assegurou-se também um aumento de 2% para 3% sobre a receita do bolo tributário para as regiões não desenvolvidas, o que se destina a amparar igualmente as regiões mais pobres.

"A diferença — acentua Irajá — é que não é mais preciso fazer transferências negociadas. Essas regiões vão ter recursos diretos sem depender de favores da Seplan, e por esta razão os burocratas se incomodam. Ninguém entrega poder sem ranger os dentes, daí a reação desses burocratas". Embora concorde com algumas das críticas feitas por Mailson da Nóbrega, Roberto Campos concorda também que essa transferência direta de recursos, sem necessidade de intermediação política, é uma vantagem. "O Estado federal não tem revelado adequado senso de prioridades", critica o senador mato-grossense, citando como comprovação disso "a existência de dois programas nucleares, um oficial e um paralelo, além de um plano de submarino nuclear", sem contar — prossegue Roberto Campos — o projeto da ferrovia Norte-Sul, que poderia ser substituído, segundo ele, por obra mais urgente, como a pavimentação da estrada Cuiabá-Santarém".

O que está inviabilizando a economia brasileira — responde Irajá Rodrigues às críticas de Mailson — não é a URP (índice de reajustes salariais) nem será a nova sistemática tributária, mas sim a voragem inconseqüente da dívida interna e a incompetência no tratamento da dívida externa". A reforma tributária vai impedir apenas que a Seplan manipule verbas sem qualquer critério, através de intermediação corrupta, como vem sempre ocorrendo, segundo o parlamentar peemedebista. "Os donos da chave do cofre não vêm com bons olhos essa mudança porque lhes tira o poder de barganha e dá a disponibilidade de recursos a seus legítimos destinatários, sem que precisem se curvar ante os poderosos do dia ou os intermediários à sombra do poder".